



# **Prefeitura de SOROCABA**

CONCURSO PÚBLICO

## **009. PROVA OBJETIVA**

VICE-DIRETOR

- ♦ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 60 questões objetivas e o seu caderno de redação, contendo um tema a ser desenvolvido.
- ♦ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa dos cadernos.
- ♦ Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ♦ Responda a todas as questões.
- ♦ Marque, na folha intermediária de respostas, localizada no verso desta página, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ♦ Transcreva para a folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, todas as respostas anotadas na folha intermediária de respostas.
- ♦ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos.
- ♦ A saída do candidato da sala será permitida após transcorrida a metade do tempo de duração das provas.
- ♦ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo destacar esta capa para futura conferência com o gabarito a ser divulgado.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**



# Prefeitura de **SOROCABA**

## FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

QUESTÃO	RESPOSTA
01	A B C D E
02	A B C D E
03	A B C D E
04	A B C D E
05	A B C D E

06	A B C D E
07	A B C D E
08	A B C D E
09	A B C D E
10	A B C D E

11	A B C D E
12	A B C D E
13	A B C D E
14	A B C D E
15	A B C D E

16	A B C D E
17	A B C D E
18	A B C D E
19	A B C D E
20	A B C D E

QUESTÃO	RESPOSTA
21	A B C D E
22	A B C D E
23	A B C D E
24	A B C D E
25	A B C D E

26	A B C D E
27	A B C D E
28	A B C D E
29	A B C D E
30	A B C D E

31	A B C D E
32	A B C D E
33	A B C D E
34	A B C D E
35	A B C D E

36	A B C D E
37	A B C D E
38	A B C D E
39	A B C D E
40	A B C D E

QUESTÃO	RESPOSTA
41	A B C D E
42	A B C D E
43	A B C D E
44	A B C D E
45	A B C D E

46	A B C D E
47	A B C D E
48	A B C D E
49	A B C D E
50	A B C D E

51	A B C D E
52	A B C D E
53	A B C D E
54	A B C D E
55	A B C D E

56	A B C D E
57	A B C D E
58	A B C D E
59	A B C D E
60	A B C D E

## CONHECIMENTOS TEÓRICO-PEDAGÓGICOS

01. A educação do futuro, segundo Morin (2003), deveria tratar de sete saberes fundamentais que permanecem totalmente esquecidos ou ignorados. Dentre esses saberes, destacam-se:

- I. as cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão;
- II. ensinar a condição humana;
- III. enfrentar as incertezas;
- IV. ensinar a compreensão;
- V. ensinar a inteligência humana.

Assinale a alternativa que contenha todas as afirmativas corretas.

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV, apenas.
- (D) II, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

02. Para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo, segundo Morin (2003), é necessária a reforma do pensamento. Nesse sentido, o conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. Torna-se necessário

- (A) selecionar as informações e os dados, desprezando a maioria deles.
- (B) situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido.
- (C) compreender as informações, pois o conhecimento cada vez mais é abstrato.
- (D) verificar as razões das informações e dos dados para poder entendê-los.
- (E) analisar cada informação e dado isoladamente, para poder interpretá-los.

03. O mundo contemporâneo, marcado pela fragmentação, globalização e pela razão instrumental e pelo irracionalismo, segundo Rios (2001), coloca diversas demandas para o ensino. Para superar a fragmentação, o ensino deve caminhar para

- (A) uma reapropriação do afeto no espaço pedagógico.
- (B) um trabalho interdisciplinar, partindo de uma efetiva disciplinaridade.
- (C) um aprofundamento do estudo e compreensão das disciplinas.
- (D) uma valorização das habilidades e das atitudes.
- (E) uma articulação estreita dos saberes e capacidades.

04. Hoje, em um mundo cada vez mais organizado pela tecnologia, há a necessidade de se criar um tipo de relação com o saber diferente da forma como vem sendo praticada na escola. A partir dessa ideia, Lino de Macedo (2009) propõe que o ensino e a aprendizagem sejam de natureza investigativa, ou seja,

- (A) operacionalizados, de forma padronizada, e comuns os conteúdos e a avaliação, visando a uma maior objetividade.
- (B) desenvolvidos com recursos tecnológicos avançados, para facilitar a apropriação dos conteúdos pelos alunos.
- (C) pautados por projetos ou pelo enfrentamento de situações-problema, para as quais as respostas conhecidas são insuficientes ou obsoletas.
- (D) profundamente democráticos, possibilitando aos alunos selecionarem os conteúdos, a partir das necessidades da vida contemporânea.
- (E) trabalhados de forma acessível, utilizando uma grande quantidade de recursos tecnológicos e focando o fundamental para o momento atual.

05. A escola seletiva do passado transforma-se, hoje, em escola para todos. Na escola anterior, o professor atuava no contexto da lógica da exclusão, segundo Lino de Macedo (2009). Hoje, espera-se que o professor atue segundo a lógica da inclusão. Para tanto, de acordo com o autor, o professor deve atuar no sentido de

- (A) ser um orientador, gestor e criador de situações ou tarefas de aprendizagem.
- (B) ensinar de forma dissociada de suas competências de aprender.
- (C) saber explicar bem os conteúdos e dar bons exercícios de fixação das matérias.
- (D) que suas competências estejam dissociadas das competências de aprender dos alunos.
- (E) ser uma referência para os alunos, em termos de respeito, honradez e assiduidade.

06. Ao contrário do inovacionismo e dos modismos, a inovação educacional, segundo Lerner (2002), supõe um progresso em relação à prática docente vigente e só adquire sentido, quando

- (A) é concretizada na prática e nega o conhecimento pedagógico anteriormente produzido, buscando substituí-lo.
- (B) mostra que as inovações anteriores fracassaram nas suas propostas, sendo necessário superá-las.
- (C) tem grande aceitação por parte dos educadores e é tema de muitos seminários e encontros acadêmicos.
- (D) faz parte da história do conhecimento pedagógico e retoma e supera o conhecimento anteriormente produzido.
- (E) é passageira e logo é substituída por outra inovação.

07. Um dos saberes necessários à prática educativa, apontados por Paulo Freire (1996), está a exigência da reflexão crítica do educador sobre a prática que ele vivencia em sala de aula. Isso significa que a prática docente envolve, segundo o autor,
- (A) a preparação dos conteúdos a serem transmitidos na prática.
  - (B) a avaliação sobre o fazer pedagógico de cada dia.
  - (C) o saber já adquirido pela prática a ser passado para os alunos.
  - (D) a aplicação de uma teoria educacional na prática cotidiana.
  - (E) o movimento dinâmico entre o fazer e o pensar sobre o fazer.
08. Uma das categorias fundamentais do pensamento educacional de Paulo Freire (1996) é a sua concepção do ato de ensinar. Para ele, ensinar é
- (A) transferir conhecimentos valiosos para as novas gerações.
  - (B) criar possibilidades para a produção e construção de conhecimentos.
  - (C) adaptar o educando à sociedade contemporânea em que ele vive.
  - (D) repassar os conteúdos das disciplinas para a formação dos educandos.
  - (E) capacitar os educandos para adquirirem conhecimentos para o trabalho.
09. Partindo da noção de competência como *uma capacidade de mobilizar recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação*, Perrenoud (2000) aponta como uma das competências para ensinar a de *conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação*. Relacionada a essa competência, o professor deve
- (A) oferecer atividades opcionais de formação.
  - (B) administrar os recursos da instituição escolar.
  - (C) trabalhar a partir das representações dos alunos.
  - (D) administrar a heterogeneidade no âmbito de uma turma.
  - (E) administrar crises ou conflitos interpessoais.
10. Uma das competências específicas apontadas por Perrenoud (2000) é elaborar um projeto de equipe. A concepção de equipe, segundo o autor, pode ser definida como um grupo
- (A) cooperativo para resolver um problema.
  - (B) que se junta para a realização de uma ação limitada.
  - (C) coordenador das atividades de uma instituição.
  - (D) que se reúne para a discussão de um tema.
  - (E) que se reúne em torno de um projeto comum.
11. Ao construirmos os projetos político-pedagógicos das escolas, segundo Veiga (2006), estamos planejando o que temos intenção de fazer, de realizar. Nessa direção, a autora define o projeto político-pedagógico como
- (A) um agrupamento de planos de ensino e atividades diversas com a intencionalidade de melhorar a aprendizagem.
  - (B) algo contruído coletivamente e enviado às autoridades competentes como prova de cumprimento de uma tarefa burocrática.
  - (C) um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade.
  - (D) plano de ação elaborado pela equipe diretiva da escola, buscando uma nova organização administrativa e pedagógica da escola.
  - (E) uma discussão e tomada de decisão coletiva sobre as atividades docentes, tendo em vista o sucesso de aprendizagem dos alunos.
12. Na elaboração do projeto político-pedagógico da escola, os participantes são orientados por princípios, mesmo que estes não sejam expressos. Dentre os princípios norteadores do projeto político-pedagógico apontados por Veiga (2006), destacam-se os seguintes:
- (A) solidariedade, qualidade e autonomia.
  - (B) igualdade, qualidade e gestão democrática.
  - (C) centralização de decisões, igualdade e participação.
  - (D) viabilidade, autonomia e gestão democrática.
  - (E) hierarquia, qualidade e igualdade.
13. A gestão democrática da escola, segundo Paro (1997), vai além da democratização das relações dos que atuam dentro da escola. Implica necessariamente a participação da comunidade. Nesse sentido, participação, no limite, significa participar
- (A) das reuniões de pais e mestres.
  - (B) das tarefas de manutenção da escola.
  - (C) dos eventos de fins de semana.
  - (D) das tomadas de decisões.
  - (E) de atividades da escola.
14. Um dos obstáculos apontados por Paro (1997) à participação da comunidade na escola é a resistência da própria instituição escolar a essa participação. Um dos aspectos dessa resistência, segundo o autor, é
- (A) a inexistência de qualquer identidade da escola pública com os problemas de sua comunidade.
  - (B) a culpabilização dos alunos da comunidade pelo quase total fracasso do ensino na escola pública.
  - (C) a falta de interesse da população da comunidade em participar da vida da escola pública.
  - (D) as condições materiais em que se realiza o processo ensino-aprendizagem da escola pública.
  - (E) o fato de o diretor da escola, como autoridade máxima, ser concursado e não eleito pela comunidade.

15. Ao discutir o conceito de autonomia, Azanha (*Ideias* n.º 16) afirma que o princípio da autonomia tornou-se uma expressão vazia, pois todos a defendem, mas não a põem em prática. Para o autor, o exercício da autonomia escolar
- (A) exige a administração do Sistema de Ensino da responsabilidade de fixar diretrizes e metas de uma política educacional.
  - (B) é a única defesa de que as escolas podem dispor contra os pacotes “orientadores” de órgãos centrais.
  - (C) pode ser exercitada plenamente por meio de um Regimento Comum das Escolas de um Sistema de Ensino.
  - (D) representa algo outorgado por normas gerais de um Sistema de Ensino, visando à democratização das decisões.
  - (E) facilita a tendência da Administração do Sistema de Ensino em normatizar e regular o funcionamento das escolas.
16. Após analisar várias concepções sobre currículo, Sacristán (1998), partindo da ideia de que o conteúdo é a condição lógica do ensino e destacando que os contextos concretos vão dando forma e conteúdo ao currículo, conclui que este é
- (A) um guia de experiência que o aluno obtém na escola.
  - (B) um conjunto de conhecimentos a serem superados pelo aluno, dentro de um ciclo.
  - (C) uma construção social que preenche a escolaridade de conteúdos e orientações.
  - (D) um conjunto de atividades planejadas, sequencializadas e ordenadas.
  - (E) um programa que proporciona conteúdos e valores para melhoria da sociedade.
17. Focando o currículo como um *cruzamento de diversas práticas*, Sacristán (1998) analisa o sistema educativo e distingue oito subsistemas que expressam práticas relacionadas com o currículo. Desses subsistemas, destacam-se o
- I. disciplinar;
  - II. da inovação;
  - III. prático-pedagógico;
  - IV. de produção de meios;
  - V. da atividade político-administrativa.
- Assinale a alternativa que contenha todos os subsistemas indicados por Sacristán.
- (A) I e II.
  - (B) II, III e IV.
  - (C) III, IV e V.
  - (D) I, II, III e IV.
  - (E) II, III, IV e V.
18. Os conteúdos do ensino, na visão de Sacristán (1998), dentro da concepção de currículo como reflexo de um projeto educativo globalizador, podem ser entendidos como
- (A) diversas facetas da cultura, do desenvolvimento pessoal e social, das necessidades vitais dos indivíduos, aptidões e habilidades fundamentais.
  - (B) os elementos provenientes de campos especializados do saber mais elaborado, adaptados à cultura local.
  - (C) os conhecimentos fundamentais derivados das disciplinas ou matérias a serem organizados e trabalhados pela escola.
  - (D) os elementos trazidos da cultura local, valorizados e mediados pela escola, sem considerar as necessidades dos indivíduos.
  - (E) o saber historicamente acumulado pelas academias, cuja tradição deve ser preservada pela escola.
19. É impossível discutir a questão dos conteúdos, segundo Rios (*Ideias* n.º 8), desvinculando-os dos outros elementos que compõem o currículo. Assim, os conteúdos devem, principalmente, estar relacionados
- (A) a quem define as diretrizes do Sistema de Ensino.
  - (B) àqueles que supervisionam o trabalho da escola.
  - (C) a quem dirige a instituição escolar.
  - (D) àqueles que coordenam o trabalho pedagógico.
  - (E) a quem ensina e a quem se ensina.
20. A instituição escolar, segundo Lerner (2002), enfrenta o desafio de ensinar a ler e escrever a seus alunos, na perspectiva de promover a descoberta e a utilização da língua escrita, como
- (A) recurso insubstituível para organizar e reorganizar o pensamento.
  - (B) objeto de avaliação do desempenho linguístico dos alunos.
  - (C) meio de os alunos oralizarem textos selecionados por outros.
  - (D) instrumento para os alunos decifram os fonemas sonoros.
  - (E) uma obrigação escolar a ser cumprida pelos alunos.
21. Emilia Ferreiro (2000) constata que os objetivos da alfabetização inicial se definem de forma muito geral nos planos e programas e também de maneira contraditória em relação às práticas que se desenvolvem no cotidiano. Segundo a autora, um dos objetivos, sintomaticamente ausente nessas definições, é
- (A) alcançar o prazer da leitura.
  - (B) ser capaz de fazer cópias da língua escrita.
  - (C) compreender as funções da língua escrita na sociedade.
  - (D) adquirir uma técnica de transcrição dos fonemas sonoros.
  - (E) ser capaz de expressar-se por escrito.

22. O processo de aquisição da língua escrita, segundo Emília Ferreiro (2000), é um processo que se opera
- (A) com períodos precisos de organização, para cada um dos quais há situações conflitivas que podem antecipar-se.
  - (B) sem necessidade de acesso à informação socialmente vinculada, já que a criança vai construindo sua linguagem num processo individual.
  - (C) natural e espontaneamente, sendo o professor um espectador passivo das descobertas das crianças.
  - (D) linear e sequencialmente, com acúmulos no decorrer do tempo, que a criança vai somando e aperfeiçoando.
  - (E) de forma mais difícil que outros processos de aquisição de conhecimento, já que a criança tem de organizar o seu pensamento.
23. As relações sociais para Piaget, segundo La Taile (1992), nem sempre favorecem o desenvolvimento, sendo necessário fazer a distinção entre coação e cooperação. Quando o professor impõe uma verdade aos alunos, sem convencimento, ocorre uma coação, pois
- (A) ocorre o desenvolvimento das operações mentais, que se trata de uma necessidade do aluno.
  - (B) os dois participantes desenvolvem sua inteligência pelo intercâmbio da produção das ideias.
  - (C) há um diálogo entre professor e aluno para se chegar à produção da ideia.
  - (D) os participantes se descentram, buscando entender o ponto de vista do outro na produção da ideia.
  - (E) há pouca participação racional na produção, conservação e divulgação das ideias.
24. Para Piaget, os jogos coletivos de regras são paradigmáticos para a moralidade humana, segundo La Taile (1992). Na pesquisa sobre jogos, Piaget estudou a evolução da prática e da consciência da regra, dividindo-a em três etapas: *anomia*, *heteronomia* e *autonomia*. Nessa última etapa, as crianças
- (A) não concebem as regras como necessárias para regular e harmonizar as ações.
  - (B) respeitam as regras, entendidas como decorrentes de mútuos acordos entre os jogadores.
  - (C) concebem as regras como algo sagrado e imutável, impostas pela tradição.
  - (D) desconhecem um contrato para que as regras sejam firmadas entre os jogadores.
  - (E) desconsideram as regras, pois não têm interesse em participar das atividades coletivas.
25. Em toda ação docente, segundo Rios (2001), encontram-se quatro dimensões: técnica, política, estética e ética. A docência da melhor qualidade, para a autora, se explicitará na dimensão técnica pela
- (A) orientação da ação, fundada no princípio do respeito e da solidariedade, na direção da realização de um bem coletivo.
  - (B) participação na construção coletiva da sociedade e o exercício de direitos e deveres.
  - (C) capacidade de lidar com os conteúdos – conceitos, comportamentos e atitudes – e a habilidade de construí-los e reconstruí-los com os alunos.
  - (D) presença da sensibilidade e sua orientação numa perspectiva criadora.
  - (E) orientação da ação, na direção do domínio e apropriação pelos alunos das atitudes em conformidade com as regras da escola.
26. A competência docente, segundo Fusari (*Ideias* n.º 12), é um dos meios para se alcançar a democratização do ensino. Por meio da competência, o professor realizará uma mediação adequada, construindo com os educandos da escola pública uma aprendizagem de conhecimentos, atitudes e habilidades. Essa competência docente é
- (A) algo inato e neutro, como um dom que a pessoa possui.
  - (B) um eterno processo de desenvolvimento.
  - (C) algo alcançado, num momento, e que permanece, no decorrer do tempo.
  - (D) resultado de uma aprendizagem nos cursos superiores.
  - (E) algo estático, fechado e acabado.
27. Diretor, vice-diretor e demais profissionais que atuam no sistema formal de ensino podem desenvolver um trabalho de formação em serviço dos professores, na própria escola, segundo Fusari (*Ideias* n.º 12), apesar das difíceis condições de trabalho. O ponto de partida dessa formação seria
- (A) realizar reuniões pedagógicas, periodicamente, em que se valorizasse o debate de temas educacionais.
  - (B) promover reuniões de pais e mestres, para que os professores se conscientizassem dos questionamentos e sugestões dos pais.
  - (C) organizar debates sobre a formação do professor, convidando especialistas de fora para falar dessa temática.
  - (D) dedicar um tempo dos Conselhos de Classe para leituras e discussões sobre textos teóricos que abordem a formação do professor.
  - (E) elencar e analisar as atividades que constituem o próprio processo de planejamento do currículo escolar.

28. O primeiro referencial para análise de uma prática educativa, segundo Zabala (1998), e que constitui o seu ponto de partida primordial que determina, justifica e dá sentido à intervenção pedagógica, é
- (A) a seleção dos conteúdos curriculares.
  - (B) a concepção dos processos de aprendizagem.
  - (C) a relação que se estabelece entre professor e alunos.
  - (D) o sentido e o papel da educação.
  - (E) o espaço-tempo em que se dá a prática educativa.
29. A primeira conclusão do conhecimento dos processos de aprendizagem, segundo Zabala (1998), é a atenção à diversidade. Nesse sentido, na prática educativa cotidiana, o educador deve
- (A) estabelecer níveis, desafios, ajudas e avaliações apropriadas às características pessoais de cada aluno.
  - (B) dividir a turma em grupos, de acordo com as características, habilidades e desempenho dos alunos.
  - (C) utilizar um critério único para estabelecer o nível de aprendizagem da turma, segundo seus conhecimentos.
  - (D) definir objetivos e metas gerais para que todos, no seu ritmo, consigam atingir esses objetivos e metas.
  - (E) organizar atividades e solicitar a todos que as executem na forma ideal apontada pelo professor.
30. O ato de avaliar, segundo Rios (*Ideias* n.º 8), não é algo estático, que ocorre em determinado momento, mas deve estar continuamente presente no trabalho do educador. Para a autora, dentre outras ações, avaliar pressupõe
- (A) selecionar os conteúdos que apresentam maiores dificuldades para os alunos.
  - (B) escolher instrumentos objetivos a serem utilizados na avaliação.
  - (C) delimitar os conteúdos, de acordo com o momento da avaliação.
  - (D) definir princípios em função dos objetivos que se deseja alcançar.
  - (E) informar os alunos sobre os critérios adotados, após a avaliação.
31. A concepção de *avaliação mediadora* proposta por Hoffman (*Ideias* n.º 22), em oposição ao paradigma classificatório, pode ser entendida como
- (A) a concretização da prática do modelo *transmitir – verificar – registrar*.
  - (B) uma prática de julgamento de resultados alcançados pelos alunos e definidos como ideais pelo professor.
  - (C) a atribuição de conceitos e sua aplicação, segundo determinados padrões, de forma técnica e neutra.
  - (D) um controle contínuo exercido sobre o aluno, no intuito de conseguir que ele demonstre ideias e atitudes ideais.
  - (E) uma ação reflexiva e desafiadora, em termos de contribuir, elucidar e favorecer a troca de ideias entre e com os alunos.
32. Ao analisar a relação entre avaliação e ideologia, Romão (1999) aponta uma série de mitos que conseguiram manter o caráter individualista, meritocrático, discriminatório e injusto da situação atual. Dentre esses mitos, destacam-se:
- I. escola boa é aquela que exige muito e *puxa* pela disciplina;
  - II. o bom professor é aquele que reprova muito;
  - III. avaliar é muito fácil e qualquer um pode fazê-lo;
  - IV. o mais importante da avaliação é tomar decisões sobre o que deve ser feito a seguir;
  - V. é preciso diminuir os aspectos quantitativos da avaliação.
- Assinale a alternativa que contenha todas as afirmativas que correspondam a mitos apontados pelo autor.
- (A) I e II.
  - (B) II, III e IV.
  - (C) III, IV e V.
  - (D) I, II, III e V.
  - (E) II, III, IV e V.
33. De acordo com as avaliações correntes, segundo Romão (1999), o processo se conclui na correção, registro e publicação dos resultados. Após analisar os passos necessários da avaliação, esse autor destaca como a parte mais importante da avaliação a análise dos resultados pelo professor e pelos alunos, pois é
- (A) a exposição dos erros cometidos pelos alunos para que sejam evitados, no futuro.
  - (B) o momento da revisão de todo o planejamento do trabalho previsto e já executado.
  - (C) o exame dos resultados por meio de descrições tabulares e gráficas.
  - (D) o momento para adaptar os conteúdos aos alunos, frente a resultados negativos.
  - (E) a classificação dos alunos, de acordo com os resultados obtidos por eles.

34. Os conceitos de “gestão democrática”, “participação” e “autonomia das escolas”, atualmente, têm sido muito utilizados como propostas político-pedagógicas de grande número de sistemas educacionais. No entanto, segundo Azanha (*Ideias*, n.º 16), a autonomia das escolas é negada, quando os sistemas de ensino
- instituem regimentos comuns para as respectivas redes escolares.
  - estabelecem diretrizes gerais para o funcionamento do sistema.
  - baixam normas, anualmente, para a atribuição de classes e aulas.
  - organizam o atendimento à demanda das comunidades por escola.
  - promovem eventos de formação para os docentes do respectivo sistema.
35. Na compreensão da avaliação, enquanto relação de diálogo entre professor e aluno, o conhecimento deve ser entendido, de acordo com Hoffman (*Ideias*, n.º 22), como
- o domínio pelo professor do saber a ser transmitido.
  - a aquisição pelo aluno do saber transmitido pelo professor.
  - a apropriação do saber pelo aluno e também pelo professor.
  - a ampliação do saber do aluno, a partir da transmissão do professor.
  - os acertos do aluno frente às questões que lhe são propostas pelo professor.
36. Fundamentar a prática escolar diária, direcionando-a para uma educação antirracista, é um caminho a se percorrer. Nesse caminhar, de acordo com o documento *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais* (MEC), a escola pode trabalhar a questão racial como conteúdo multidisciplinar, por meio de reflexões e ações, como
- estudos esporádicos organizados pela equipe escolar.
  - unidades didáticas trabalhadas isoladamente em cada disciplina.
  - organização de eventos para tratar da contribuição dos africanos para o Brasil.
  - tema a ser tratado em todas as propostas de trabalho, projetos e unidades de estudo.
  - exposições sobre a presença do afrodescendente na cultura brasileira.
37. Luiza está estudando para prestar concurso público na área educacional e não entendeu qual a competência dos Municípios quanto à organização dos sistemas de ensino. Sua amiga Irene esclareceu que, de acordo com o art. 211 da Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino e que, de acordo com esse artigo, cabe aos Municípios:
- oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental;
  - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio;
  - baixar normas gerais sobre os cursos de graduação e de pós-graduação.
- Está correto o que se afirma em
- I, apenas.
  - I e II, apenas.
  - I e III, apenas.
  - II e III, apenas.
  - I, II e III.
38. Com base nos artigos 16, 17 e 18 da LDBEN n.º 9.394/96, situam-se os Conselhos de Educação como órgãos dos sistemas de ensino nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais. Eles são órgãos que elaboram normas para a educação escolar em sua área de abrangência, designando comissões de conselheiros encarregadas de temas específicos que submetem os documentos elaborados à aprovação do respectivo conselho, em seu conjunto. As deliberações, indicações e pareceres, assim elaborados e aprovados, em sua área de abrangência, têm efeito normatizador sobre escolas
- públicas unicamente.
  - particulares unicamente.
  - públicas e particulares.
  - públicas e particulares sem fins lucrativos.
  - públicas e/ou particulares conforme especificado no título.

39. Heitor, um Diretor de escola, e Magda, sua Vice-diretora assumiram pela primeira vez as funções de direção de uma escola de ensino fundamental do Município de Sorocaba. Ao examinar a grande quantidade de documentos encontrados nos arquivos do estabelecimento, eles se questionaram sobre quais desses documentos deveriam ser mantidos, ainda, em poder da escola.
- Levantaram, inicialmente, algumas hipóteses sobre os encaminhamentos a serem dados aos diferentes documentos, enquanto pesquisavam qual a legislação vigente sobre o assunto.
- Os encaminhamentos hipotetizados por Heitor e/ou Magda estão expressos nas alternativas a seguir. Assinale aquela cuja proposta confere com a Deliberação CME n.º 1/2009, da legislação municipal de Sorocaba, que regulamenta essa questão.
- (A) Para Heitor, os documentos escolares individuais do aluno, como por exemplo: requerimento de matrícula, histórico escolar, certidão de nascimento e outros referentes à situação pessoal do educando, devem ser conservados permanentemente pela escola, podendo ser informatizados para essa conservação.
- (B) Magda discute a utilidade da informatização de documentos individuais do aluno, pois argumenta que a escola deve conservá-los no original. Assim sendo, entende que a informatização seria uma despesa, sem haver economia de espaço.
- (C) Quanto aos documentos como: diários de classe, boletins, atas e relatórios do conselho de classe, provas regulares, horários e calendários, Heitor e Magda concordam que eles devem ser arquivados, podendo ser incinerados depois de 3 (três) anos de arquivamento, o que ajudaria muito a racionalizar o serviço da secretaria.
- (D) Magda entende que os documentos escolares como: livros de atas de reuniões de escola e as atas de resultados finais podem ser eliminados após 5 (cinco) anos de arquivamento. Entretanto, os livros de registro de matrículas, de expedição de certificados devem ser conservados obrigatoriamente e salvos de qualquer eliminação.
- (E) Heitor e Magda também concordam que a informatização de documentos escolares individuais do aluno só pode ser feita, no final do ano letivo, para facilitar o trabalho da secretaria escolar. Quanto aos documentos eliminados, supõem que seja necessário arrolá-los em ata datada e assinada pelo Diretor.
40. No ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n.º 8.069/90, estão previstos órgãos do sistema de proteção integral à criança e ao adolescente. Dentre eles, aquele(s) que pode(m) e deve(m) ter uma articulação direta com os educadores das equipes das escolas, em sua jurisdição,
- (A) é o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente.
- (B) é o Conselho de Direitos da Criança de cada estado e do Distrito Federal.
- (C) é o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente em nível municipal.
- (D) são os Conselhos Tutelares, um por município, no mínimo.
- (E) são as Casas Abrigo, que substituem as famílias dos alunos que são abrigados.
41. Em seus artigos 118 e 119, o Estatuto da Criança e do Adolescente define procedimentos em relação à “Liberdade Assistida” como medida socioeducativa, a ser aplicada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. A autoridade competente designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, prevendo-se que, junto à escola, esse orientador
- (A) promoverá a matrícula e supervisionará a frequência escolar e o aproveitamento escolar do adolescente.
- (B) orientará os professores do adolescente a como lidar com ele em classe e receberá relatos de infrações, se elas ocorrerem.
- (C) exigirá matrícula do adolescente no período noturno para que ele possa trabalhar de dia.
- (D) participará das atividades escolares como se fosse o pai/mãe do adolescente, procurando não chamar atenção para a condição dele.
- (E) recolherá informações diárias sobre o comportamento do adolescente na escola, na forma de breves relatos escritos.
42. Em termos de descentralização da política educacional e de busca de uma progressiva autonomia das escolas brasileiras de Educação Básica, pode-se reconhecer na atual LDBEN n.º 9.394/96, uma valorização da unidade escolar enquanto
- (A) elaboradora de suas normas regimentais, e livre propositora de seu currículo, desde que cumpra, anualmente, 200 dias letivos e 800 horas.
- (B) gestora dos recursos financeiros que lhe são repassados diretamente pela União e que são proporcionais ao seu número de alunos.
- (C) elaboradora de seu projeto educacional, de forma participativa, como base para a conquista progressiva de sua autonomia.
- (D) colaboradora dos órgãos de segurança no combate aos traficantes, denunciando os indivíduos que assediam seus alunos adolescentes.
- (E) acolhedora de programas culturais e de lazer, abertos à comunidade, nos finais de semana, nas grandes cidades de todo o país.

43. Os professores de uma escola municipal de Sorocaba estavam ressentidos porque achavam que a Direção da escola estava cobrando determinadas tarefas que não lhes competiam. Reuniram-se e decidiram solicitar à Direção que a mesma se ativesse ao que Lei n.º 9.394/96 estipula, em seu artigo 13, como incumbência dos docentes. Pedro redigiu o documento e listou:

- I. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II. efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental;
- III. elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- IV. estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.

Estão corretas, apenas, as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e IV.

44. Lauro está respondendo pela Direção de uma escola de ensino fundamental. Tomou conhecimento de que há vários alunos do curso noturno que estão com muitas faltas. Preocupado com a situação, resolveu aproveitar a reunião de pais e mestres, programada para aquela semana, e esclarecer aos participantes, assim como aos alunos maiores de idade, que de acordo com o art. 24, inciso VI, da Lei n.º 9.394/96, para aprovação do aluno é exigida frequência mínima de

- (A) 75% do total de dias letivos.
- (B) 70% do total de dias letivos.
- (C) 70% do total de horas letivas.
- (D) 75% do total de horas letivas.
- (E) 75% do total de aulas previstas.

45. Conforme a Resolução CNE/CEB n.º 1, de 14 de janeiro de 2010, que define Diretrizes Operacionais para a implantação do ensino fundamental de 9 (nove) anos, são verdadeiras as afirmações:

- ( ) Para o ingresso no primeiro ano do ensino fundamental, a criança deverá ter 6 (seis) anos de idade completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.
- ( ) As crianças de 5 (cinco) anos de idade, que completarem 6 (seis) anos entre 01 de abril e 31 de julho, que no seu percurso educacional estiveram matriculadas e frequentaram por mais de 2 (dois) anos a Pré-Escola, poderão, em caráter excepcional, no ano de 2010, prosseguir no seu percurso para o ensino fundamental.
- ( ) Os entes federados, as escolas e as famílias devem garantir o atendimento do direito público subjetivo das crianças com 6 (seis) anos de idade, matriculando-as e mantendo-as em escolas de ensino fundamental, nos termos da Lei n.º 11.274/2006.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) V – V – V.

46. A Resolução CNE/CEB n.º 7/2010, ao fixar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, estabelece em seus artigos 20, 21, 22 e 23 normas que orientam a formulação e implementação do projeto político-pedagógico. Esse projeto

- (A) deve estar de acordo com a proposta do ensino fundamental de 9 (nove) anos, incorporar os processos participativos relacionados à gestão democrática e utilizar como referência as orientações curriculares nacionais e as dos respectivos sistemas de ensino.
- (B) deve conferir espaço e tempo para que os professores, em conformidade com a legislação vigente, participem de reuniões de trabalho coletivo e avaliem a produção dos alunos, deixando para o regimento escolar as especificações sobre ações de formação continuada dos docentes.
- (C) depende, em sua implementação do projeto político pedagógico das escolas de educação infantil, pois exclusivamente a elas cabem as funções integradas de cuidar e educar, seja no interior da escola, ou nas relações que mantém externamente com outras instituições.
- (D) interage em sua implementação com o ensino médio, pois depende dele para articular-se com as instituições de ensino superior e poder cuidar dos projetos de formação continuada dos professores e dos demais profissionais de educação.
- (E) deve tomar a cultura erudita como centro do planejamento curricular, considerando que os alunos têm direito de superar sua cultura de origem e assimilar a cultura hegemônica ao realizarem sua escolaridade na educação básica.

47. A Resolução CNE/CEB n.º 7/2010 fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos e trata em seus artigos 29, 30 e 31 da articulação e continuidade da trajetória escolar, na Educação Básica.

De acordo com essa legislação, assinale a alternativa que aponta corretamente como essa trajetória escolar deve ser tratada pelas escolas.

- (A) Devem ser evitadas atividades lúdicas, tais como jogos, cantigas e brincadeiras, muito vivenciadas na etapa precedente, pois elas podem dificultar a ação pedagógica junto às crianças nos seus anos iniciais do ensino fundamental, incitando-as a quererem só brincar.
- (B) Na passagem dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental deve ser dada atenção especial pelos sistemas de ensino, ao planejamento da oferta educativa aos alunos transferidos das redes municipais para as estaduais, tendo em vista o prosseguimento satisfatório da escolarização do aluno.
- (C) Os três anos iniciais do ensino fundamental devem assegurar uma atenção especial à alfabetização, ao letramento, à Língua Portuguesa e à Educação Física, deixando para um segundo plano o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História, da Geografia, das Artes Visuais e demais artes.
- (D) Os três anos iniciais do ensino fundamental podem ser desmembrados e deixar de constituir um bloco pedagógico, quando o sistema de ensino, no uso de sua autonomia, fizer opção pelo regime seriado, voltado a garantir conteúdos do 1.º ao 5.º ano, facilitando a passagem para os anos finais do ensino fundamental.
- (E) Considerando as características de desenvolvimento dos alunos e a necessidade de atendê-los igualmente, convém reunir o grupo dos extrovertidos, numa mesma sala, e o dos introvertidos, em outra, para que possam ser desenvolvidas atividades de acordo com as necessidades de cada grupo de alunos.

48. O Parecer CNE/CP n.º 3/2004, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, faz várias considerações sobre o termo “raça”. Leia as afirmativas a seguir.

- I. Raça é a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado.
- II. O termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira.
- III. O termo raça foi ressignificado pelo Movimento Negro que, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos.

Das afirmativas, encontram-se no Parecer indicado,

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

49. Tomando como fundamento a Resolução CNE/CEB n.º 05/2009 e o Parecer CNE/CEB n.º 20/2009 – diretrizes curriculares para a educação infantil, assinale a alternativa correta.

- (A) Os procedimentos empregados para acompanhar o trabalho pedagógico realizado nas escolas de educação infantil devem visar à seleção, à promoção e à classificação das crianças para cursarem o ensino fundamental.
- (B) O currículo da educação infantil deve ser concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico.
- (C) A educação infantil em tempo parcial deverá ter a jornada de, no mínimo, três horas diárias e, em tempo integral, duração igual ou superior a seis horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.
- (D) As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da educação infantil devem ter como eixos norteadores as interações, as brincadeiras, as múltiplas linguagens e os conteúdos formais.
- (E) A proposta curricular da educação infantil determina que as práticas pedagógicas desenvolvidas nas pré-escolas estimulem o interesse da criança pela convivência em sociedade e pela formação para o trabalho.

50. A Deliberação CME n.º 02/2009, homologada pela Resolução SEDU/GS n.º 09/09, estabelece, respectivamente, em seus artigos 5.º, 6.º, 7.º e 8.º, a duração dos cursos de Educação de Jovens e Adultos correspondentes às séries iniciais e às quatro séries finais do ensino fundamental, e ao ensino médio, bem como a idade mínima para matrícula em cada uma dessas etapas, cumprindo diretrizes nacionais e estaduais.

Assinale a alternativa que faz a correspondência entre cada uma dessas etapas e as respectivas exigências de duração e idade mínima para matrícula, de acordo com a Deliberação CME n.º 02/09.

- I. EJA correspondente aos anos iniciais do ensino fundamental;
- II. EJA correspondente às 4 séries finais do ensino fundamental;
- III. EJA correspondente ao ensino médio.

Tempo de integralização de estudos:

- 1 – 12 meses e 800 horas;
- 2 – 18 meses e 1200 horas;
- 3 – 24 meses e 1600 horas;
- 4 – duração com organização livre.

Idade mínima para iniciar:

- A – 14 (catorze) anos completos;
- B – 15 (quinze) anos completos;
- C – 16 (dezesseis) anos completos;
- D – 18 (dezoito) completos;
- E – 20 (vinte) anos completos.

- (A) I - 1 - A; II - 2 - C; III - 4 - D.
- (B) I - 2 - B; II - 3 - C; III - 4 - E.
- (C) I - 3 - A; II - 3 - B; III - 2 - C.
- (D) I - 4 - B; II - 3 - C; III - 2 - D.
- (E) I - 4 - B; II - 3 - D; III - 2 - E.

51. O Parecer CNE/CEB n.º 11/2000, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, traz à reflexão que “o acesso ao conhecimento sempre teve um papel significativo na estratificação social, ainda mais hoje quando novas exigências intelectuais, básicas e aplicadas, vão se tornando exigências até mesmo para a vida cotidiana.” Situa, também, que as raízes da desigualdade quanto ao acesso à leitura e à escrita são de ordem histórico-social e afetam descendentes dos grupos subalternizados, especialmente negros e índios. Destaca que se trata de uma dívida social, inscrita em nossa história e na vida de tantos indivíduos.

Na nova ordem constitucional brasileira, fundada nos princípios da igualdade e da liberdade, a escola democrática é um serviço público que corresponde a um “direito de todos e um dever do Estado”, cabendo a este interferir no “terreno das hierarquias sociais, por meio de políticas públicas”.

Nesse sentido, o citado parecer coloca que a EJA, Educação de Jovens e Adultos, apresenta três funções: a “função reparadora” que se articula à “função equalizadora” para exercer a função permanente, chamada de “função

- (A) democratizadora”, pois, compensado o “tempo perdido”, pela função reparadora, os egressos da EJA batalharão com as mesmas “armas” da leitura e da escrita, função equalizadora, participando como iguais.
- (B) emancipadora”, num mundo que respira e transpira conhecimento e tecnologia, de modo que cada um possa encontrar um lugar digno nos universos do trabalho e da vida social.
- (C) politizadora”, uma vez que reparadas as lacunas de educação escolar e estabelecidas as condições de igualdade para participar, a dimensão política do indivíduo emerge para exercer poder.
- (D) qualificadora”, como o próprio sentido da EJA, de possibilitar a todos e a cada um, qualificar-se e requalificar-se, descobrir e realizar seu potencial humano, como um direito humano fundamental.
- (E) humanizadora”, considerando-se que o domínio da leitura e da escrita é a senha de acesso à cultura sistematizada, à ciência, à arte e à literatura, à civilização que tirou a humanidade da barbárie.

52. Conforme o parecer n.º CME 03/10, o Centro de Referência em Educação, do município de Sorocaba, criado em 2009, se propõe a oferecer acessibilidade, formação, gestão do conhecimento/informação, gestão de parcerias, e gestão de políticas públicas e tem previsão legal para atuar junto a
- (A) alunos com necessidades educacionais especiais, relacionadas a deficiências, exclusivamente.
  - (B) alunos da rede municipal que apresentam dificuldades de aprendizado, em decorrência de serem portadores de deficiência(s) ou independentemente disso.
  - (C) alunos da rede municipal que apresentem necessidades especiais, decorrentes de deficiência(s) ou de altas habilidades/superdotação, exclusivamente.
  - (D) alunos da rede municipal, com e sem necessidades especiais ou de aprendizado e professores que trabalham com eles.
  - (E) alunos da rede municipal, diagnosticados e cadastrados como especiais e professores das classes comuns em que eles estão matriculados, exclusivamente.
53. De acordo com a Indicação CME n.º 02/08, observadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/MEC e o constante na Indicação CEE n.º 70/07, no caso de educandos em que, esgotadas todas as possibilidades de avanço no processo de escolarização e constatada significativa defasagem idade e série/ano, poderão as escolas, subsidiadas pela equipe técnica da Secretaria da Educação, possibilitar ao aluno com severa deficiência mental ou grave deficiência múltipla,
- (A) dispensa da frequência à classe comum da escola regular, prosseguindo, porém, em seu atendimento educacional especializado que já vinha recebendo em horário diverso ao daquela escola.
  - (B) terminalidade específica do ensino fundamental, certificando com o “Termo de Conclusão” série/ano, acompanhado de histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as competências desenvolvidas pelo educando.
  - (C) atestação das séries/anos do ensino fundamental que foram cursados pelo aluno, destacando as limitações impeditivas de prosseguimento de estudos e as aprendizagens que tiver desenvolvido no período cursado.
  - (D) prosseguimento com sua turma de idade, por motivos psicoafetivos, mesmo sem nenhum progresso de aprendizagem, colocando a decisão em termo, assinado pela autoridade escolar que a tomou, justificando-a pedagógica e legalmente.
  - (E) encaminhamento para instituições especializadas que possam promover algum progresso em áreas de aprendizagem que se articulem ao nível de aproveitamento escolar alcançado pelo aluno e explicitado no termo de encaminhamento.
54. De acordo com a Deliberação CME n.º 2/99, de 26.10.99, a classificação de alunos das escolas da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba, em qualquer série ou equivalente, exceto a primeira do ensino fundamental ocorrerá: a) por promoção de aluno da própria escola; b) por transferência de alunos de outras escolas; c) mediante avaliação feita pela escola, independente da escolarização anterior do aluno.
- Assinale a alternativa que, conforme a legislação especificada, apresenta a exigência ou orientação correta a ser aplicada aos casos de classificação de alunos do item c.
- (A) A solicitação dessa classificação pode ser requerida em qualquer época do ano e dispensa alegação de qualquer justificativa.
  - (B) A avaliação exigida na classificação citada deve incluir obrigatoriamente, em sua prova, uma redação em língua portuguesa.
  - (C) A avaliação do grau de maturidade e desenvolvimento do candidato pode ser realizada unicamente pelo professor da classe em que o aluno se matricularia.
  - (D) O candidato, se desejar, pode indicar a série pretendida para sua matrícula, desde que tenha para isso aprovação de seus pais e observe a correlação da idade.
  - (E) O parecer conclusivo do Conselho de Classe/Série sobre o caso examinado deve ser diretamente encaminhado à Secretaria Municipal de Ensino para sua homologação.
55. Os pedidos de reconsideração e recursos referentes aos resultados finais de avaliação de alunos do ensino fundamental e médio, regular e supletivo do Sistema Municipal de Ensino de Sorocaba, conforme a Deliberação CME n.º 1/2001, devem ser submetidos a algumas determinações, tais como:
- I. o Conselho de Classe/Série/Termo, reunido por solicitação do Diretor de Escola, analisará entre outros aspectos, se há a) atitudes discriminatórias contra o aluno, ou b) evidência da falta de procedimentos pedagógicos previstos regimentalmente ou no Plano de Gestão Escolar;
  - II. à decisão da Direção da Escola quanto à reconsideração dos resultados finais de avaliação do aluno de ensino fundamental e médio, cabe recurso do aluno ou de seu responsável legal, dirigido à Secretaria de Educação e Cultura, em petição escrita e fundamentada, protocolada na própria escola;
  - III. o expediente do recurso contra a decisão do Diretor de Escola deverá ser encaminhado à Secretaria da Educação e Cultura com os seguintes documentos, entre outros: plano de ensino do componente curricular objeto de retenção, ficha individual de avaliação do aluno e planos de recuperação.
- De acordo com a Deliberação citada, estão corretas as determinações
- (A) I, apenas.
  - (B) II, apenas.
  - (C) III, apenas.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) I, II e III.

56. Plínio, aluno com 12 anos, matriculado no 7.º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Alfa, no Município de Sorocaba, apresentou, em agosto de 2011, problema renal grave que lhe exigiu repouso e tratamento domiciliar rigoroso, o que o impediu de frequentar as aulas por um período de três meses, conforme atestado de seu médico particular. Plínio apresenta atividade mental normal, consegue ler, escrever e usar um notebook, desde que isso ocorra por, no máximo, 3 horas diárias e não prejudique seu repouso obrigatório.

Para saber como Plínio pode prosseguir sua aprendizagem e superar a ausência às aulas por três meses, seus pais procuraram a escola e receberam várias orientações, nos termos da Deliberação CME n.º 1/2007. Das explicações recebidas, a família de Plínio entendeu, que para o atendimento do filho,

- I. seus pais devem requerer à Direção da escola autorização para que Plínio usufrua de atividades especiais de aprendizagem e de avaliação, no período em que se ausentar da escola;
- II. o pedido indicado no item I deve ser acompanhado do comprovante do médico responsável pelo tratamento do escolar, com especificação do motivo da exceção, duração do afastamento e indicação das condições de acompanhamento das atividades pelo escolar;
- III. será estabelecido um Plano especial de trabalho, conforme alguns recursos previstos no Regimento da Escola, tais como: compensação de ausências e trabalhos de pesquisas em Língua Portuguesa e Matemática, porque são as matérias mais importantes do 7.º ano;
- IV. a responsabilidade para o sucesso desse trabalho com Plínio é exclusivamente da escola, que deve ter um plano de estudos adequado às condições do aluno.

Das orientações apreendidas pela família de Plínio, de acordo com a Deliberação aplicada, está correto apenas o que se afirma em

- (A) IV.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

57. O Parecer CME n.º 04/2010 trata do Programa Escola em Tempo Integral – Oficina do Saber. Em relação a esse Programa, é correto afirmar que

- (A) a Secretaria da Educação de Sorocaba o desenvolve desde 2004, com a intenção de oferecer educação de melhor qualidade aos alunos da rede municipal, ampliando a permanência diária das crianças nas escolas.
- (B) o atendimento escolar diário foi ampliado de 4 horas para 8 horas, período em que são desenvolvidas atividades lúdicas que estimulam e exercitam diferentes habilidades das crianças.
- (C) ele visa ao desenvolvimento integral do educando, ao seu preparo para a cidadania, bem como ao desenvolvimento de habilidades e competências essenciais na sociedade do conhecimento.
- (D) a implantação do programa teve início em três escolas situadas em bairros definidos como prioritários e, em 2010, ano da aprovação do Parecer CME n.º 04/2010, o programa já estava implementado em doze escolas municipais.
- (E) ele independe das propostas contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades escolares onde está implantado, pois visa basicamente oferecer atividades lúdicas e aumentar a autoestima dos estudantes.

58. Conforme o Parecer CME n.º 4/10, de 23.11.10, que dispõe sobre o Programa Escola em Tempo Integral – Oficina do Saber, a matriz curricular deve desenvolver-se em quatro grandes eixos:

- (A) linguagem, lógica e leitura; percepções artísticas e estéticas; corporeidade e movimento; desenvolvimento social.
- (B) autonomia individual; diversidade cultural; interação e cooperação; produção e fruição.
- (C) desenvolvimento humano; identidade pessoal e comunitária; construção do sentido da vida; transformações históricas.
- (D) Terra e universo; ser humano e saúde; tecnologia e sociedade; temas transversais.
- (E) ludicidade; interações e relações sociais; conhecimento do mundo natural e social; múltiplas linguagens.

59. O Parecer CME n.º 03/2010 relata o acompanhamento por esse conselho, da ação da Secretaria de Educação de Sorocaba, no tocante ao atendimento aos alunos da rede municipal de ensino, com necessidades educacionais especiais. Este Parecer, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação de Sorocaba, em 19.10.2010, dentre outras considerações, assinala que:

- I. a Política Nacional de Educação Especial da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação – SEESP/MEC, na perspectiva da educação inclusiva, em 2008, estabeleceu diretrizes para os sistemas estaduais e municipais de Educação Especial, de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino;
- II. o CNE/CEB, em seu Parecer n.º 13/2009, lançou diretrizes operacionais para o AEE – Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica que busca superar a visão da educação especial como substitutiva ao ensino comum e a organização de espaços educacionais separados para alunos com deficiências;
- III. da análise de documentos normativos nacionais e estaduais depreende-se que as escolas dos diferentes níveis de ensino deverão contemplar em seu Projeto Pedagógico, serviço de avaliação diagnóstica de necessidades educacionais especiais, de modo a poder encaminhar, com relatório circunstanciado, os alunos com deficiência para classes e escolas especiais próximas ou com transporte gratuito;
- IV. o Centro de Referência em Educação, do município de Sorocaba, criado em 2009, tem por objetivo específico, a formação de professores de classes comuns, da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, para diagnóstico de superdotação intelectual e artística, em alunos da rede municipal, os quais seriam atendidos por especialistas do próprio centro.

Está correto, de acordo com o Parecer CME n.º 03/10, o afirmado em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

60. De acordo com o artigo 6.º da Lei Municipal n.º 8119, de 2007, que dispõe sobre alteração de dispositivos da lei n.º 4.599, de 6 de setembro de 1994, que estabelece o quadro e o plano de carreira do quadro do magistério público municipal de Sorocaba e dá outras providências, a classe de suporte pedagógico é constituída pelos seguintes cargos:

- (A) Professor, Orientador Pedagógico, Vice-Diretor, Diretor de Escola.
- (B) Vice-Diretor, Diretor de Escola, Supervisor de Ensino e Gestor de Desenvolvimento Educacional.
- (C) Professor, Orientador Pedagógico, Vice-Diretor e Gestor de Desenvolvimento Educacional.
- (D) Professor, Orientador Pedagógico, Diretor de Escola e Supervisor de Ensino.
- (E) Orientador Pedagógico, Vice-Diretor, Diretor de Escola e Supervisor de Ensino.

